

CAPÍTULO 17

TRABALHO COMO RESISTÊNCIA: LUTA OPERÁRIA DE MULHERES DURANTE O PERÍODO REVOLUCIONÁRIO PORTUGUÊS

Pamela Peres Cabreira¹

¹ Graduada e Mestra em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Doutoranda em História Contemporânea pela Universidade Nova de Lisboa/FCSH. Investigadora Integrada ao Grupo História do Trabalho e dos Conflitos Sociais/IHC e do Núcleo de Estudos sobre Capitalismo, Poder e Lutas Sociais/NECAP/UFRRJ. Bolsista da CAPES/Doutorado Pleno/Processo nº {88881.129278/2016-01}.

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar o processo de luta das operárias da empresa têxtil Sogantal durante o período revolucionário português. O papel histórico das mulheres trabalhadoras após o 25 de Abril, em suas representações sociais no campo laboral, mas também nas condições e mudanças em suas vidas privadas – enquanto mulheres, mães, esposas, domésticas –, interessa-nos para se compreender as transmutações na vida e na condição feminina no Portugal contemporâneo. Ao empreender uma intensa luta pelo direito ao trabalho, as operárias da Sogantal iniciam ocupação e autogestão da fábrica já em maio de 1974, numa dualidade entre a intensidade de manutenção desta luta e de suas vidas privadas, ainda condicionadas às premissas do «lugar da mulher», herdados dos mais de 40 anos do regime repressivo e autoritário estadonovista. Essas 48 mulheres, entre os 13 e 24 anos, tomaram a responsabilidade da autonomia operária, assumindo um caráter de enfrentamento pela classe trabalhadora, com intensa troca de informações e solidariedade entre fábricas da região, apoios mútuos na venda da produção e relação direta com sindicatos e comissões de trabalhadores.

Palavras-chave

Sogantal, PREC, mulheres operárias.

«Há um ano que lutamos por uma causa que é justa
O que nós reivindicamos, ao nosso patrão não custa
O salário não nos pagaram por baixa de produção
Dar à sola eles pensaram sem nos darem um tostão
Daqui ninguém nos tira
Daqui ninguém arreda
Se o patrão aqui vier corremos com ele á pedra»²

² “Cantiga das Operárias da Sogantal”, texto em fotografia, arquivo pessoal da autora.

INTRODUÇÃO

Em maio de 1912, em um comício das mulheres social-democratas na Alemanha, Rosa Luxemburgo³ remonta à questão levantada por Emma Ihrer: porquê se ouve tão pouco sobre o movimento das mulheres trabalhadoras? Apesar do aumento entre mulheres organizadas em sindicatos e na luta proletária ou das que aderiram à bandeira social-democrata na reivindicação sufragista, ainda assim este foi um tema marginalizado pela história e pelos historiadores ao longo das décadas seguintes. Apenas com a ebulição da História Social (e neste campo muito influenciado pela «segunda onda» das constestações feministas) este leque analítico entra em cena na historiografia. É a esta parcela do tecido social que me debruço, o da mulher trabalhadora, suas lutas, conquistas e as dinâmicas que até os dias atuais imperam no «lugar social» das mulheres e suas representações.

A relação entre trabalho e gênero é primordial se atentarmos para a afirmativa que uma operária, simplesmente não é um operário. Suas condições sociais de vida, obrigações e raiz histórica sobre a inserção no mundo do trabalho são distintas. Desde logo, acato esta predisposição, de que «a classe operária tem dois sexos»⁴, ou seja, das características não partilhadas por estes dois grupos: maternidade, amamentação, trabalho doméstico – percebendo que esta ainda não é uma atividade socializada ou sequer percebida como «reprodução social» -, cuidados familiares, ciclos menstruais, etc.

A forma organizativa da estrutura social está inevitavelmente ligada ao trabalho. Se remontarmos aos períodos classificados anteriormente à contemporaneidade nos confrontaremos com dinâmicas específicas de acordo com a maneira de se compreender e se «hierarquizar» os meios de produção (seja ele manual ou mecânico) e o próprio trabalho. No sistema capitalista não é diferente. Aliás, esta relação destaca-se como base em seu fundamento primordial. O trabalho

³ Rosa Luxemburgo, *Sufrágio feminino e luta de classes*. 1912. Disponível em: https://www.marxists.org/archive/luxemburg/1912/05/12.htm?fbclid=IwAR0AZJ8rygAa6XeulJYzwsuIXEZ1stsgbfaMSoTom6_D4WMqQZwDYJaD_f0

⁴ Elisabeth Souza-Lobo, *A Classe operária tem dois sexos* (São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1996).

torna-se, neste processo, subordinado ao capital, sendo «um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados»⁵. No processo de industrialização, as mulheres tornaram-se subjugadas aos baixos salários pelas baixas qualificações – dado o processo histórico da organização familiar –, a entrada no mercado de trabalho de forma inconstante e reduzidas às condições mais precárias do desemprego estrutural sem retirar as obrigatoriedades do trabalho de reprodução social imputado às mulheres de famílias proletárias.

Dadas estas observações, gostaria de adentrar brevemente no caso das operárias que lutaram e resistiram em busca de melhores condições de trabalho e muitas vezes pela própria utopia da sociedade socialista portuguesa no período pós revolução. Este artigo traz inquietações, indagações, problemas práticos e conceituais para a reflexão de quem o lê. Traz, sobretudo, desassossego, aponquentação sobre essa abordagem.

A epígrafe que inicia este texto é a cantiga das operárias da Sogantal, uma empresa que foi ocupada e autogestionada por mulheres durante o período revolucionário português. Foi apenas uma das muitas ferramentas utilizadas por estas mulheres para propagarem sua luta e dialogar com demais trabalhadores que também combatiam o desemprego, a precariedade e a busca por condições dignas de trabalho durante estes dezanove meses de ebulição. A ocupação e autogestão desta fábrica é emblemática, tendo sido a primeira empresa da cintura industrial de Lisboa a adotar esta forma de resistência, além de ter sido toda composta por mulheres trabalhadoras. Saltando entre o enfrentamento ao patronato, caderno reivindicativo, inúmeras idas e estabelecimento de diálogo no Ministério do Trabalho, até a autogestão e manutenção da produção, vendas por elas mesmas, peças de teatro e eventos políticos para se angariar fundos, essas mulheres resistiram; ousaram; marcaram uma época e uma história que permanece secundarizada até os dias de hoje.

Portanto, parece-me importante discutir este caso como um importante exemplo não só de luta mas de resposta a uma sociedade que sufocava ainda mais as mulheres. Trata-se de uma chamada à história

⁵ Karl Marx, *O capital: crítica da economia política: o processo de produção do capital* (São Paulo: Nova Cultural, 1996b. v. 1, t. 2. (Os Economistas)).

social, ao movimento dos vindos «de baixo», da importante e indispensável discussão acerca de gênero e classe social, categorias analíticas que importam serem estudadas, contrariando a vaga historiográfica pós-modernista pautada no individualismo, na fragmentação e identitarismo como novas formas de se compreender a contemporaneidade. Antes, defendemos a emergência de se compreender os conflitos sociais como um todo, percorrendo não só personagens e documentação institucional como quem sustenta este sistema, as trabalhadoras e trabalhadores contemplados em situações de semelhança e diferença em sua vivência e em sua produção.

A intensificação da luta neste período produziu alterações no status quo, atestando que a luta dos trabalhadores por mudanças nas suas condições de vida traduz-se num «inquestionável protagonismo político», o «mais poderoso movimento social organizado» do século XX, sendo «em grande medida a história do confronto, em algumas décadas sob a forma da disjuntiva revolução/contrarrevolução, entre o proletariado e seus aliados e a preservação da ordem capitalista».⁶ Historicamente, este século ficou marcado pelas guerras, pelo avanço tecnológico, conflitos entre estados-nação e numa crescente modificação das condições de produção. A disputa global pela organização socioeconômica debate-se, finalmente, com as contradições de classe. Ou, como sublinha Hobsbawm «os estranhos apelos em favor de uma “sociedade civil” não especificada, de uma “comunidade”, eram as vozes de gerações perdidas à deriva. Elas se faziam ouvir numa era em que tais palavras, tendo perdido seus sentidos tradicionais, se haviam tornado frases insípidas»⁷; a organização social e seus confrontos permearam este período, historicamente. Em Portugal durante o período revolucionário, nos diversos campos de lutas sociais «as intervenções do Estado nas empresas e até exigências de nacionalização, começaram por ser basicamente lutas de trabalhadores pelo direito ao trabalho, de resposta aos despedimentos, encerramento de empresas e *lock-out* dos

⁶ Valério Arcary, *As Esquinas Perigosas da História: Um estudo sobre a história dos conceitos de época, situação e crise revolucionária no debate marxista*. São Paulo. (Tese de Doutorado, apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2000), 147-148.

⁷ Eric Hobsbawm, *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)* (São Paulo: Companhia das Letras, 1994), 21.

patrões»⁸, uma clara representação deste conflito constante na luta entre classes sociais.

Como sublinha Ana Barradas⁹, «sendo a historiografia essencialmente tecida em volta dos feitos dos dominadores, as obras de referência que circulam, limitam-se a consagrar as figuras femininas “politicamente correctas”, complementares da ação dos homens», e, acrescento: tem se preocupado muito pouco com a mulher da classe trabalhadora, em sua luta cotidiana nas reivindicações que nos parecem as mais simples, de «trabalho igual salário igual» à institucionalização da violência doméstica como crime, ou mesmo da problematização em torno do corpo da mulher enquanto mercadoria. Importa deixar estes tópicos para reflexão neste pequeno texto que retrata a comunicação apresentada no Congresso, para que conceitos e perspectivas analíticas estejam em um horizonte próximo na análise sobre mulheres trabalhadoras em Portugal.

LUTA E RESISTÊNCIA ENTRE MULHERES OPERÁRIAS

Em uma passagem repetidamente utilizada, mas com efeito reflexivo sobre a relação da mulher e o trabalho, é explícita quando Perrot afirma que «as mulheres sempre trabalharam. Elas nem sempre exerceram “profissões”». ¹⁰ Ora, o trabalho doméstico, os cuidados dos filhos e dos mais velhos recaem sobre as mulheres de uma maneira mais abrupta e pautada em um condicionamento estrutural desde o cruzamento entre família monogâmica, herança, trabalho reprodutivo. Adotando a concepção do materialismo histórico, é crível perceber que a produção e reprodução são fatores que permeiam toda a sociedade, inclusive, a própria família e os papéis atribuídos.

A relação entre a luta pelos direitos das mulheres e organizações feministas andam juntas desde o final do século XIX. Em Portugal, por

⁸ José Mário Mascarenhas, *Quando o trabalhador se tornou cidadão: movimento operário, a década de 70* (Coordenador) (Lisboa: Cooperativa de Artes Gráficas, 1997), 40.

⁹ Ana Barradas, *Dicionário Incompleto de Mulheres Rebeldes* (Lisboa: Edições Antígona, 1998), 7.

¹⁰ Michelle Perrot, *As mulheres ou os silêncios da história* (Bauru, SP: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2005), 251.

exemplo, a inserção da mão de obra feminina ganha corpo principalmente no início do século passado, sobretudo em setores como têxteis, das conservas, do tabaco, trabalhadoras de servir, acompanhadas, paralelamente, à criação de associações de classe e organizações feministas. Ainda hoje há grande confusão entre académicos – mas não só –, sobre o uso do termo «feminismo» como reivindicação categórica de mulheres por direitos de equidade, contra o machismo, por todos os direitos iguais – adequado às diferenças - e em grande medida uma luta anti-sistema capitalista. Esta confusão é gerada pelas controvérsias de suas diferentes correntes, onde o feminismo é tido como um conceito que abrange todas estas facetas ideológicas. É importante ter em causa que ao reivindicar o uso do conceito, dirijo-me especificamente ao feminismo de classe, marxista e contra qualquer ideal liberal de compreender «mulheres», mais uma vez, como um bloco unicaracterístico.

Esta perspectiva salienta a importância de como compreender o processo de luta e libertação das mulheres após o 25 de Abril de 1974 como uma ruptura, e não uma transição. Após 48 anos de regime autoritário, as mulheres resistiram dentro das condições de possibilidade, entre a militância partidária e/ou nas greves e paralisações fortemente reprimidas no início dos anos 1970. Vide os casos das operárias da Signetics, da Automática Elétrica Portuguesa (Plessey) que em novembro de 1973 entram em greve pelo aumento dos salários, pela semana de 40 horas e pagamento das horas extras e férias remuneradas e são reprimidas pela polícia¹¹. Ou das conserveiras de Setúbal, em março de 1973 que atingiu pelo menos mais quatro fábricas com paralisações; em Alpiarça na comemoração do 8 de Março, as trabalhadoras rurais e costureiras entraram em greve, recebendo apoio dos trabalhadores da construção civil que aderiram à paralisação¹². Estes são apenas exemplos de que nada estava adormecido na sociedade portuguesa. Somado à pressão pelo fim das guerras de libertação em África, o desgaste do sistema fascista do Estado Novo sofre consecutivamente com as manifestações de trabalhadoras e trabalhadores, fortemente reprimidos. É o estopim para o 25 de Abril de 1974.

¹¹ *Avante!*, Ano 43, série VI, n. 461, janeiro de 1974, p.4.

¹² *Avante!*, Ano 43, série VI, n. 452, maio de 1973, p.1.

Com a ruptura revolucionária, as lutas e reivindicações se espalham pelo país, seja no setor industrial, no meio rural, na educação e nas ocupações de casas – onde nestes dois últimos casos as mulheres protagonizaram importantes enfrentamentos e conquistas. Os anos de 1974-75 foram amplamente marcados por experiências de controlo operário e autogestão. No princípio do mês de agosto de 1975, calculava-se que aproximadamente 380 fábricas estavam em autogestão por todo o país¹³, destas quais, muitas protagonizadas por mulheres operárias.

Lutas como a das operárias da Sogantal, da Timex, Applied Magnetics, Charminha e tantas outras, apenas revelam a necessidade de se impor diante ao desemprego e a uma nova perspectiva de sociedade. As «lutas duras e prolongadas travam-se nos casos em que os patrões respondem à luta dos trabalhadores com o encerramento das empresas – casos particularmente normais em empresas de maioria de trabalho feminino e de capital estrangeiro»¹⁴.

Ressalta-se casos como o das mulheres de Montemor-o-Novo, que se rebelaram contra o sistema de miséria a que viviam em oscilações enquanto assalariadas rurais, sofrendo constantes perseguições das autoridades civis e policiais, conseguiram manter e organizar estratégias de luta, dentro de uma «coesão e a solidariedade dentro da família e da comunidade, originadas nessas condições de vida adversa e na hostilidade contra quem os explorava e humilhava»¹⁵. Ou ainda na representatividade das mulheres na luta pela habitação e contra os bairros de lata, as mais atingidas pela situação precária pois cabia a elas a lida doméstica a limpeza aos dejetos, a inexistência das casas de banho e o cuidado dos filhos. «Assim, desde o início, foram as mulheres as primeiras a compreender que o 25 de Abril, proclamando a liberdade,

¹³ Danúbia Mendes Abadia, *O Jornal Combate e as lutas sociais autonomistas em Portugal durante a Revolução dos Cravos (1974-1978)*. Goiânia. (Dissertação de Mestrado, apresentada à Universidade Federal de Goiás (UFG) – Faculdade de História, 2010), 90.

¹⁴ José Mário Mascarenhas, *Quando o trabalhador se tornou cidadão: movimento operário, a década de 70* (Coordenador) (Lisboa: Cooperativa de Artes Gráficas, 1997), 39.

¹⁵ Teresa Fonseca, *A memória das mulheres: Montemor-o-Novo em tempos de ditadura* (Organização) (Lisboa: Edições Colibri, 2007), 7.

lhes permitia protestarem e organizarem-se para mudar a situação»¹⁶. Na região de Lisboa, 18 mil pessoas moravam em barracas ou em casas partilhadas, 82% destas casas não possuíam casa de banho, 71% não tinham água canalizada e 62,5% da população não possuía eletricidade¹⁷. Muitas mulheres analfabetas participaram de cursos de alfabetização geridos coletivamente, recorde-se que 38% das mulheres no país naquela altura eram analfabetas¹⁸.

Na Timex, em maio de 1974, duas mil trabalhadoras ocupam a empresa por aumento de salários, saneamento dos chefes, salário igual por trabalho igual; na Cintideal fazem greve durante 10 dias por diversas reivindicações, mas, sobretudo, contra o controle das idas à casa de banho. Na Standard Elétric, em 24 do mesmo mês ocupam a fábrica enquanto as operárias da Messa iniciam uma greve que durará 12 dias com ocupação das instalações e reivindicação de trabalho igual/salário igual. Ainda durante o mês de maio, 800 operárias ocupam a Melka e fazem greve por melhores salários; na Fábrica Simões conseguem suas reivindicações após dias de luta. No sector das conserveiras, mais de 10 mil mulheres envolvem-se em greves, manifestações e retenção das conservas dentro de determinadas fábricas. No Montijo, onde as lutas espalharam-se nos mais diversos setores, além da Sogantal, as operárias da camisaria Mafalda sequestram o patrão estadunidense, que se recusava a pagar os salários e ameaçava fechar a empresa. Com a intervenção de um funcionário da embaixada dos Estados Unidos da América, os pagamentos são realizados, há a promessa do não encerramento da fábrica e o patrão é libertado. Na Applied Magnetics, com cerca de 600 trabalhadoras, após o despedimento de 116 operárias, fazem-se quotas para assegurar salários e entra-se em paralisações até que as trabalhadoras sejam readmitidas¹⁹.

¹⁶ José Hipólito Santos, *Sem mestres nem chefes, o povo tomou a rua: lutas dos moradores no pós-25 de Abril* (Lisboa: Letra Livre, 2014), 82.

¹⁷ Recenseamentos da População, INE, IP. 25 de Abril – 40 Anos de Estatísticas. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2014, p. 18/39.

¹⁸ Pamela Peres Cabreira, “*Semeando Ventos O Governo Colherá Tempestades!*”: *Crise Marcelista e a vaga revolucionária em Portugal (1968-1974)*. Rio de Janeiro (Dissertação de Mestrado, apresentada ao Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2017), 46.

¹⁹ Manuela Tavares, *Feminismos: Percursos e Desafios (1947-2007)* (Alfragide: Editora Texto, 2000).

As reivindicações residem, sobretudo, no aumento de salários, salário mínimo, salário igual por trabalho igual, abolição dos privilégios e gratificações, além de reivindicações mais qualitativas, como condições nos locais de trabalho, reconhecimento dos órgãos representativos como as Comissões de Trabalhadores, 40 horas semanais, abertura de creches, infantários e salas de amamentação no local de trabalho. Muitas destas reivindicações são exigências diretas de mulheres, o que indicia uma fértil consciência de luta nesta categoria analítica, sobretudo por serem as mulheres as mais atingidas pelas duplas ou até triplas jornadas de trabalho. Como bem ressalva Almeida, “para o quotidiano das mulheres portuguesas, o 25 de Abril trouxe cenários de mudança construídos a partir de ingredientes que, lenta e progressivamente, vêm acumulados desde as décadas anteriores²⁰. Ante, ainda que as transformações estruturais passadas neste período, como no campo da educação, trabalho e emprego, «colocam e afectam, na linha de frente da mudança, as mulheres e os universos em que tradicionalmente elas se movem».

Neste sentido, vale sublinhar que a luta das mulheres trabalhadoras invariavelmente confluem na organização do trabalho e na dinâmica social delimitada na questão fundamental do que «é ser mulher» na sociedade pós industrial. O que é ser mulher trabalhadora? Quais as implicações específicas no condicionamento desta categoria analítica? Uma coisa é certa: urge a necessidade do estudo em se considerar a classe trabalhadora feminina dentro da micro e da macro análise social, sem perder de vista as questões estruturantes no processo formador da classe operária.

²⁰ Ana N. Almeida; K. Wall, “Famílias e quotidiano: movimentos e sinais de mudança”, in J.M. Brandão (org.). *O País em Revolução* (Lisboa: Editorial Notícias, 2001), 299.